

ARTIGOS

ESTUDOS PARA UMA DESMITIFICAÇÃO DOS PETROGLIFOS BRASILEIROS.

(I). — A Pedra Lavrada de Ingá (Paraíba)

GABRIELA MARTIN

da Universidade Federal de Pernambuco.

Durante a elaboração do repertório bibliográfico sobre arqueologia brasileira que estamos preparando, encontramos numerosas referências às inscrições e gravuras em rocha, espalhadas por todo o Brasil, as quais, muitas vezes, inclusive recentemente, têm sido interpretadas como inscrições de origem fenícia, egípcia e até mesmo etrusca e grega, dependendo do gosto de cada um.

No último congresso realizado nas ilhas Canárias sobre possíveis navegações pré-colombianas à América, discutiu-se qual seria a origem mais lógica da informação a respeito de uma inscrição fenícia encontrada no Brasil, em fins do século passado, e que deu muito o que falar à imprensa da época. Dessa inscrição se conhece a tradução, já que o original, dado por perdido, na verdade, parece que nunca foi visto por ninguém, pois se trata, como veremos, de uma inscrição apócrifa. Como o texto não parece inventado, mas copiado de uma inscrição real, supõe-se que alguém criou tal inscrição copiando-a de um texto fenício, desejando agradar ao Imperador Pedro II, que era aficionado à arqueologia e às antiguidades. Certamente, da mesma maneira, nasceu o mito da inscrição — fenícia, para uns, indígena para outros — gravada na imensa rocha chamada “Pedra da Gávea”, no Rio de Janeiro, medindo três metros cada sinal e traduzida pelo historiador amazonense Bernardo Ramos (1) como “*Tiro, Fenícia, Badezir Primogênito de Jethabaal*”, mas que não passa de desenhos naturais na rocha produzidos pela erosão.

(1). — Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, *Inscrições e tradições da América Pré-histórica especialmente do Brasil*. Imprensa Oficial. 2 volumes. Rio de Janeiro, 1930.

A experiência tem ensinado que, quando uma interpretação histórica é lançada por alguém de certo prestígio, por mais absurda e disparatada que seja, tarda-se a rejeita-la por completo, e todos sabemos como era fertilíssima a imaginação dos eruditos do século passado. A hipótese de que um componente da arca de Noé ou alguma tribo da Diáspora sejam os responsáveis pelo povoamento da América, formulada com os primeiros descobridores e colonizadores, como explicação da presença dos índios, não foi totalmente rejeitada e encontramos ainda hoje trabalhos com títulos tão curiosos como a *Origem árica dos povos pré-colombianos*, de Paulo Bougard de Magalhães.

O contacto com curiosidades bibliográficas no campo da Arqueologia induziu-nos a seguir o fio da meada até chegar à origem das fantásticas interpretações dadas às inscrições indígenas.

De todas as inscrições brasileiras conhecidas é, certamente, a da “Pedra Lavrada de Ingá” a mais interessante e a de maior tamanho, e por isso mesmo a mais sujeita a fantasias e interpretações contraditórias. Essa inscrição encontra-se no Estado da Paraíba, cerca de 7 kms da cidade de Campina Grande, no município de Ingá, no rio do mesmo nome. Uma série de blocos de *gneiss* estrangula o rio, que corre formando pequenas cascatas; no centro do pedregal, um enorme bloco de 24 metros de largura por 3 metros de altura divide o rio em dois braços. O lado norte da pedra está coberto totalmente de inscrições até uma altura de 2,50 mts. Uma linha contínua insculpida forma o desenho das inscrições e tem 3 cm. de largura e 6 a 7 mm. de profundidade; uma linha de pontos de 5 cm. de diâmetro enquadra a parte superior da inscrição.

Recolhemos de L. F. Clerot (2) uma notícia, não mencionada por outros autores, a respeito do lugar dos petroglifos. Relata Clerot que, até 1953, o conjunto de blocos de pedra e inscrições era maior, ano em que um grupo de trabalhadores enviado pelo proprietário das terras, destruiu grande parte do pedregal para a fabricação de lajes de pavimentação. Com a intervenção do Serviço do Patrimônio Histórico, foi suspensa a demolição e, quando em 1972 visitamos o lugar, encontramos restos de outras inscrições em torno da que nos estamos referindo, que parecia não haver sido danificada. Também Clovis Lima (3), que a visitou em 1953, diz que as inscrições ocupavam uma área de aproximadamente 1.200 metros quadrados.

(2). — L. F. R. Clerot, *30 anos na Paraíba (Memórias Coreográficas e outras memórias)*. Editora Pongetti, Rio de Janeiro, 1969.

(3). — Clovis dos Santos Lima, *As itacoatiaras de Ingá*, in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano”, volume 12. João Pessoa, 1953.

Não é preciso ser propriamente um especialista em línguas mortas e apenas estar familiarizado superficialmente com os alfabetos antigos, para que se perceba que os petroglifos de Ingá não são uma escritura e que os sinais caprichosamente dispostos não seguem nenhuma ordem, simetria ou relação de tamanho entre si, uma vez que são pouco repetidos. Qualquer um que, diante das insculpturas de Ingá, tentasse encontrar semelhanças com letras fenícias ou hieróglifos egípcios, daria apenas mostras de ignorância ou de alienação científica. É insólito e surpreendente que o Padre Francisco Lima (4), historiador de reconhecido mérito em outros temas, jurasse sobre sua fé de sacerdote (*INFIDE SACERDOTIS ET GRADUS MEI*) que se tratavam de letras gregas.

Notícias sobre inscrições pintadas ou insculpidas nas rochas são mencionadas também na documentação colonial. Concretamente, o anônimo autor dos “Diálogos das Grandezas do Brasil” (5), escrito em 1614, menciona petroglifos encontrados no Estado da Paraíba, por em a lenda em torno da existência de inscrições fenícias foi criada a partir de uma carta, enviada em 1872, ao então diretor da Biblioteca Nacional, Ladislau Netto, com a cópia de alguns caracteres fenícios pertencentes a uma inscrição encontrada em Pouso Alto, município de Paraíba do Sul, no Estado do Rio, localidade situada às margens do rio Paraíba, que corre entre os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, e que fez com que Ladislau Netto acreditasse, um tanto precipitadamente, que se tratava de uma descoberta revolucionária para a historiografia brasileira. Apesar de Ladislau Netto haver-se enganado — e ter sido por isso duramente criticado por vários autores — ninguém poderá duvidar de sua honradez e sinceridade, lendo o artigo publicado pelo *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 1875, que, por si só poderia dar por encerrada a famosa história da falsa inscrição fenícia, e que aqui transcrevemos, respeitando a ortografia da época:

“*Inscrição Phenicia*. Escreve o Sr. Dr. Ladislau Netto ao “*Jornal do Commercio*” do Rio de Janeiro, 8-5-1875.

Em setembro de 1872 recebeu o ilustre Marquez de Sapucahy, Pres. do Instituto Histórico, uma carta datada desta corte e assignada por um Joaquim Alves da Costa comunicando-lhe que em seu sitio de Pouso-Alto, perto da Parayba, seus escravos tinham achado uma pedra com umas letras insculpidas das quais

(4). — Pe. Francisco Lima, *Vestígios de uma colonização pré-histórica*, in “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*”, volume 12, João Pessoa, 1953.

(5). — *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Introdução de Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro, 1930.

mandara por um seu filho que desenhava o seu tanto, fazer uma copia que junto remetia, afim de que o mesmo Instituto tivesse conhecimento de tais letras para ele inteiramente desconhecidas. Ora, como nem o finado Marquez de Sapucahy nem o nosso Instituto Histórico se occuparam nunca de línguas orientais, o curioso manuscrito foi quase que recebido sem exame nem observação desta associação que por simples formalidades entendeu remete-lo a unica de suas secções a quem mais parecia pertencer aquella comunicação — a secção de archeologia de que sou membro.

Mal examinei aquelles caracteres reconheci neles uma inscripção phenicia das mais perfectas, quanto à forma alphabeticamente, e maravilhado com tão importante descobrimento e ao mesmo tempo receioso de alguma mistificação, entreguei-me com sofreguidão, mais no maior segredo, à sua interpretação, servindo-me para isso de um pouco de hebraico que nos afazeres deixados pelas minhas quotidianas occupações, havia outrora cultivado. Entretanto desde o primeiro dia comecei a levar mãos a quantos meios se me deparavam para conhecer quem era o Sr. Costa e onde ficava o seu sitio no Pouso-Alto, quer na Parahyba do Sul, quer na do Norte. De que fadigas me sobrecarguei então veio a saber o público pela razão de que falarei ao diante: dos Almanaks do Pais, nas listas de Votantes, das agencias de Correio, das autoridades policiaes, de tudo em vão me utilizei para conhecer a autenticidade daquela inscripção, sem contudo falar a ninguém sobre ella.

E ao passo que este misterio se me afigurava cada vez mais impenetravel e despertava-me no espirito suspeitas de dia para dia maiores, surpreendia-me o accordo que eu achava entre a descripção daquela viagem de phenicios desde o mar Vermelho até a costa do Brasil, e a exequibilidade que dessa viagem me mostravam os trabalhos de Maury e de seus continuadores sobre as correntes oceanicas, probabilidades tamanhas que si considerarmos possível a circunnavegação do continente africano pelos phenicios emissarios do pharaó Nekau, como nos diz Herodoto, e acreditam hoje muitos archeologos, geographos e orientalistas, força é confessar que por muito mais possível devemos ter a vinda involuntária de tais navegantes ao Brasil. Tamaña é a impetuosidade da corrente chamada equatorial ou brasileira que parte da extremidade meridional do continente africano em direcção à nossa costa, circumstancia esta a que se reúnem para maior vigor da conjectura por mim figurada os temporais que reinam naquella região ao longo da costa da Africa.

Entretanto, passados já seis meses, e tendo por mais ou menos concluida a versão da referida inscripção, e não havendo mais

nenhum auxilio particular de que me socorresse afim de obter noticia do descobridor daquele monumento, recorri para isso a imprensa, e entendi dever faze-lo expondo suscintamente tudo o ocorrido aos jornais da Corte, a quem então me dirigi adverti que tanto eu como o Instituto Histórico mantinhamos em reserva da expectativa a nossa opinião sobre a authenticidade de tal inscripção e que, como quer que fosse, eu não faria nunca uma publicação definitiva desse trabalho sem haver encontrado o monumento original e provas que a autenticassem.

Como era de se esperar, a imprensa inteira tomou o maior interesse pelo assunto; o publico vivamente impressionado acompanhou essa manifestação, e poucos meses mais tarde a noticia havia transposto o oceano, circulado mao grado meu, em largo ambito dos dois continentes, mas tão alterada já que em alguns jornais, no dos *Debates* de Paris, appareceu como procedente de Guayaquil, no Peru.

O efeito da minha publicação, cujo unico fim era trazer a lume a origem de tão curiosa comunicação, sahio-me mui outro do que eu tinha em mente e aguardava. O único homem para quem minha carta fora escrita e publicada; o Sr. Joaquim Alves da Costa, proprietário de Pouso-Alto na Parahyba, não a leu porque esse homem nunca existiu. O mistério de tal individualidade, o modo porque a comunicação chegou as mãos do venerando Marquez de Sapucahy, e por último a propria contextura de algumas palavras e frases da inscripção que em parte lembra o *Penulus* de Plauto em parte o periplo de Hannon e na sua quase totalidade alguns livros da Biblia, tudo isso me trazia ultimamente em crescente desconfiança a que veio dar maior vulto a opinião de alguns sabios a quem havia consultado, expondo estas mesmas dúvidas.

Não hesitei mais, e desde então assentei de empenhar quanto em mim dependesse para elucidar a questão, ponderando que se alguma satisfação me havia cabido com a decifração da inscrição, maior me haveria de causar o descobrimento do seu autor. O meio de que para isso me servi foi a comparação do autografo de varios orientalistas que julguei mais capazes dessa fraude com a carta original do pseudo-Costa.

Felizmente, veio a final a cair-me nas mãos a prova irrecusavel por tanto e tão anciosamente esperada. O ardil saiu da penumbra da suspeita em que eu até ali entrevia e veio afrontar-se comigo a mais viva luz da conficção.

Quem seja o autor deste artificio que imenso trabalho lhe deve ter exigido e cujo fim não atino em saber qual haverá sido,

não serei eu o primeiro a dizer. Se lhe cairem sob as vistas as presentes linhas, como creio, verá o ilustrado orientalista que de há muito era eu senhor do seu segredo e que se corro hoje a desvenda-lo nesta mesma imprensa onde ha perto de dois anos teve origem a publicidade de sua comunicação, é porque este assunto que no Brasil parece ter descido ao pó do esquecimento e da indiferença, ressurgue cada dia mais ruidoso e mais veemente a interrogar-me da America do Norte, da França, da Alemanha e da Inglaterra onde muitas sociedades sabias o discutem e inúmeros jornais literários o publicam e por que no carater official em que desses paises me veio interpelado mister é que eu diga a verdade sem rebuço afim de que meu silencio não me represente algum dia aos olhos de quem quer que seja com autoria ou cumplicidade neste ardil para o qual sinto que nem se me ajeitaria a própria índole, nem me bastaria o pouquissimo que conheço das línguas semíticas”.

Ao que parece, a carta foi ignorada pelos que não queriam renunciar à tese da colonização fenícia no Novo Mundo e se fala, até hoje, da inscrição encontrada no inexistente lugar de Pouso-Alto. Precisamente agora, quando se completam cem anos da publicação de Ladislau Netto, quisemos recordar o trabalho deste pioneiro da Arqueologia brasileira e sua busca sincera da verdade.

Ainda que existisse alguma dúvida das intenções de Ladislau Netto a respeito da autenticidade da suposta inscrição fenícia, há também uma carta do mesmo dirigida a Ernest Renan (6), publicada em 1885, cujo trecho mais importante transcrevemos:

“Ah! permettez-moi de vous le dire, illustre et cher maitre, j'éprouvai à cet instant la même impression mélancolique et pour ainsi dire aigré-douce que l'on ressent lors que, mal éveillé encore, on voit fuit les dernieres images d'un songe délicieux et la pénombre du rêve faire place à la lumière du jour qui nous rapelle aux tristes réalités de la vie materielle:

L'inscription phénicienne de la Parahyba était une inscription apocryphe”.

Mas, apesar das declarações de Ladislau Netto e ainda da circunstância de que Renan também a considerasse apócrifa, divulgou-se a

(6). — Ladislau Netto, *Le verité sur l'inscription de la Parahyba avec le facsimile des caracteres pheniciens, la traduction en hebreu et français: lettre à M. Ernest Renan à propos de l'inscription phenicien, apocriphe, sudmise à l'Institut Historique, Geographique et Etnographique du Brésil*. Rio de Janeiro, 1885.

“tradução” de uma inscrição de caracteres fenícios, atribuída a Renan, encontrada na Paraíba do Norte, mais ou menos em 1880, segundo informação do Padre Lima (7) — que, por sua vez, a copia do cônego Dr. Florentino Barbosa — e que supostamente diria:

“Este monumento de pedra foi por Cananeus Sidônios, que para fundar colônias em país longínquo, montanhoso e árido, sob a proteção dos deuses e deusas, puseram-se em viagem no 19º ano de Hiram, nosso poderoso rei”.

O trecho não é mais que um fragmento da interpretação que Ladislau Netto deu ao famoso texto, antes de se convencer de que era apócrifo.

Aliás, com relação à suposta inscrição fenícia e à problemática que levantou, desde seu aparecimento, temos o bem documentado artigo de Geraldo Joffily (8) do qual só temos que lastimar a dureza e a injustiça com que trata Ladislau Netto, chamando-o de mentiroso e falsário, tão somente preocupado em se promover, e, ainda, a acusação de que insinuara que a falsa inscrição fenícia havia sido urdida pelo Imperador Pedro II. Nenhuma dessas duras acusações se depreendem das publicações ou do comportamento de Ladislau Netto, que, sendo pessoa respeitada e ocupando altos cargos na Corte, não teria por que desmentir ou confessar a falsidade da inscrição que ele próprio tivesse inventado. Se não se tratasse de uma pessoa falecida há muito tempo (1894), poderíamos pensar num rancor pessoal do Sr. Joffily contra Ladislau Netto, com relação a quem, além de injustiça, comete alguns erros de interpretação. Na página 17 do mencionado artigo, escreve:

“Não há dúvida que os precedentes das muitas pedras encontradas com sinais indicavam a Paraíba como a região do Brasil mais propícia para qualquer arranjo fraudulento”.

E ao fazer uma breve biografia de Netto, comenta:

“Ladislau Netto nasceu na então Província das Alagoas (bem próxima à Província da Paraíba do Norte)...”.

(7). — Clovis dos Santos Lima, *As Itacoatiaras de Ingá*, in “Revista dos Instituto Histórico e Geográfico Paraibano”, volume 12, João Pessoa, 1953.

Cônego Florentino Barbosa, *Homens civilizados no interior da Paraíba, há muitos séculos*, in revista “Nacionalidade”. Maio-junho, 1952.

(8). — Geraldo Joffily, *A inscrição fenícia da Paraíba*, in “Revista de História” nº 93. Janeiro-março, volume XLVI, São Paulo, 1973.

O que pretende o Sr. Joffily insinuar com estas afirmações? Que Ladislau Netto escolheu a Paraíba para inventar sua inscrição porque nessa província já haviam aparecido outras inscrições, juntando a este detalhe sua qualidade de nordestino de Alagoas

“bem próxima da Província de Paraíba do Norte”?

É possível que, dentro das distâncias continentais do Brasil, possa considerar-se Alagoas como bem próxima a Paraíba, ignorando-se Pernambuco, embora nos pareça uma visão por demais simplista da geografia do Nordeste. Além disso, Ladislau Netto nunca se referiu à descoberta dessa inscrição na Paraíba do Norte, como se depreende das repetidas referências feitas à Paraíba do Sul e do título de seu trabalho *Carta relativamente à inscrição de uma pedra encontrada em terras pertencentes a J. Alves da Costa em Pouso Alto, termo de Minas Gerais* (9).

Em defesa de Netto, queremos apenas citar as palavras muito mais moderadas que lhe dedica Angyone Costa (10), que o considerou como um dos primeiros arqueólogos brasileiros:

“incidiu em erros, que passavam como verdades no seu tempo, mas que não lhe diminuem o valor”.

A tradução mais difundida da suposta inscrição fenícia da Paraíba, é a de Cyrus Gordon (11), que levantou, em 1968, a questão já quase esquecida das inscrições fenícias no Brasil. O assunto foi ventilado pela imprensa, invocando-se a reconhecida autoridade em línguas mediterrâneas do Professor Gordon. Sem necessidade de duvidar dos conhecimentos de Gordon, é preciso deixar-se bem claro que sua interpretação está baseada numa cópia chegada às mãos de Ladislau Netto há mais de cem anos, procedente de um lugar desconhecido e encontrada por uma pessoa ou por pessoas que nunca existiram, como se deduz claramente da carta de Netto tornada pública na imprensa do Rio de Janeiro. Eis aqui a tradução de Gordon:

(9). — “A Reforma”, 2 de abril de 1873 e “Jornal do Commercio”, 16 de abril de 1873.

(10). — Angyone Costa, *Ladislau Netto em Indialogia*, Biblioteca Militar, volume LXXI e LXVII, Rio de Janeiro, 1943, página 100.

(11). — Cyrus Herzl Gordon, *The authenticity or the Phoenician Text from Parayba*. ORIENTALIA, XXXVII, 1968.

Seguiram-se séries de debates a favor e contra a autenticidade da inscrição, resumidos no mencionado artigo de Geraldo Joffily (vide nota 8), no qual chama Gordon de sensacionalista, sem que lhe falte razão.

“Somos filhos de Canaã, de Sidon, a cidade do rei. O comércio nos trouxe a esta distante praia, uma terra de montanhas. Sacrificamos um jovem aos deuses e deusas exaltados no ano 19º de Hiran, nosso poderoso rei. Embarcamos em Ezion-geber no mar Vermelho, e viajamos com 10 navios. Permanecemos no mar juntos por dois anos, em volta da terra pertencente a Ham (África), mas fomos separados por uma tempestade e nos afastamos de nossos companheiros e assim aportamos aqui, 12 homens e 3 mulheres. Numa nova praia que eu, o almirante, controlo. Mas auspiciosamente possam os exaltados deuses e deusas intercederem em nosso favor”.

Gordon considera a inscrição autêntica, porque ninguém poderia ter inventado, há um século, vocábulos e formas gramaticais fenícias que eram desconhecidas, em fins do século passado, e que só seriam conhecidas muito depois, com a descoberta de outras inscrições fenícias.

Mas, nada impediria que “o orientalista”, a quem Netto acusa, sem citar o nome, a copiasse de uma autêntica, encontrada em algum lugar do Mediterrâneo, como a estela moabita de *Mesa*, descoberta em 1869, e com a qual tem indubitáveis pontos de semelhança, criando-se a fraude que se arrastou até os nossos dias.

Agora, podemos nos perguntar: qual é a relação entre essa inscrição fenícia que nunca foi vista por ninguém, supostamente encontrada no sul do Brasil, e os petroglifos de Ingá, no Nordeste? A explicação está, em parte, na frase final do fragmento da carta de Ladislau Netto a Renan, que já transcrevemos. A chamada Paraiba do Sul foi anexada ao Estado do Rio de Janeiro, porem o nome de Paraiba foi mantido para o Estado nordestino. A existência de inscrições indígenas, como a de Ingá, a que nos referimos, no Estado da Paraiba do Norte, e o episódio da suposta inscrição fenícia na antiga Paraiba do Sul foram suficientes para que a confusão de uma com a outra (suposta e real) se mantivesse durante anos, e daí em diante identificar-se todas as inscrições da Paraiba como obra de fenícios não foi mais que um passo. Para isso contribuíram — e não pouco — junto aos eruditos locais, o grande número de “sábios” europeus que, no século pasado e no começo deste, percorreram o Brasil dando notícias de cidades misteriosas e civilizações perdidas nas florestas, expondo, muitas vezes, teorias absurdas que não encontrariam eco se fossem pronunciadas por eruditos do País, mas que impressionavam quando expostas por estrangeiros de impronunciáveis nomes germânicos. De todos eles, é provavel que o mais pitoresco seja um tal Ludwig Schwennhagen, austríaco que se dizia professor de Filosofia e História, membro da Sociedade de Geografia Comercial de Viena e que, nas primeiras dé-

cadadas deste século, viajou pelo interior do Brasil, particularmente pelo Piauí, desaparecendo, um dia, sem deixar rastro. Em Teresina, capital do Piauí, onde obteve prestígio entre as autoridades locais, os que o conheceram lembram-no como um alemão de aparência afavel e tranquila, muito inclinado à cachaça, e que andava estudando ruínas e inscrições. Era também conhecido pelo nome de Ludovico Chovenagua, pela dificuldade que se tinha de se pronunciar seu nome. Escreveu um livro, compêndio enorme de absurdos, com o título de *Antiga História do Brasil (de 1100 A. C. a 1500 D. C.) Tratado Histórico*, publicado pela Imprensa Oficial de Teresina (Piauí), em 1928, e do qual basta citar alguns capítulos para se perceber a fantasia e falta de conteúdo histórico: “*As frotas de Hirán e Salomão no rio Amazonas*”, “*A participação dos cartagineses na colonização do Brasil, A expedição da frota de Alexandre Magno à América do Sul, em 328 a. C.*”, etc.. Até aqui, o livro não passa de uma curiosidade bibliográfica a mais entre os muitos absurdos que foram escritos, mas o insólito é que tenha sido publicada uma segunda edição, em 1970, no Rio de Janeiro, pela Editora Cátedra, com uma ampla introdução de Moacir C. Lopes, dando como resultado de “exaustiva pesquisa” todas as loucuras do simpático Professor Loudovico, o que prova até que ponto estão ainda arraigadas certas crenças na historiografia brasileira. Este não é um caso isolado e poderíamos repetir uma infinidade deles. Basta citar o mais recente, com o título de *Pré-história brasileira. Fatos e Lendas*, São Paulo, 1971, de Renato Castelo Branco, apresentado como minucioso investigador da pré-história brasileira, que expõe teses como estas: “Teria existido no Brasil uma escrita-mãe, da qual todas as demais escritas arcaicas seriam derivadas?”, “Da existência de um império colonial fenício no Nordeste Brasileiro”, “Teria São Tomé estado na América do Sul, e particularmente, no Brasil, em suas pregações?”

O próprio Anibal Mattos (12), um dos principais escavadores das cavernas de Lagoa Santa, pesquisa a obra de Schwennhagen e seus congêneres a respeito da possível colonização dos fenícios no Brasil, sem afirmar e sem negar nada, considerando-os como trabalhos científicos.

Outro caso que merece registro especial é o da obra de Bernardo Ramos (13), que recolheu cerca de 3.000 inscrições do Brasil e de outros países da América. Ainda que a obra tenha o interesse do acúmulo de materiais, deveria ser totalmente revisada e os lugares no-

(12). — Anibal Mattos, *O homem das cavernas de Minas Gerais*. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, 1961.

(13). — Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (vide nota 1).

vamente identificados por causa da quantidade de interpretações fantásticas de seu autor, que encontra letras gregas em toda parte. A título de curiosidade, transcrevemos o parecer concedido à obra, pelo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, e que aparece no princípio do primeiro volume:

“A Comissão de Arqueologia, examinando o trabalho apresentado pelo Coronel Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, sôbre “Inscrições e Tradições do Brasil Pré-histórico”, considerando:

Que isolados os symbolos das inscrições exibidas correspondem êles a caracteres de alphabets phenicios, grego paleographico, grego de inscrição, hebraico, árabe e chinês;

Que a coordenada dos caracteres forma palavras:

que a sucessão das palavras, assim representadas, forma sentido;

que a authenticidade das inscripções é assegurada, ora por fotografias, ora pela autoridade das obras de onde foram extrahidas;

que as tradições referidas no trabalho estão vulgarizadas por autores cuja competência não se pode contestar;

que os desenhos da cerâmica, representada nesse trabalho, correspondem ao estilo grego;

que êsses desenhos, pela sua precisão e symetria, jamais poderiam ser feitos pelas tribos indígenas, existentes no Brasil por ocasião de sua descoberta;

que aquelas inscripções foram indubitavelmente produzidas por mão humana e habil;

Resolve julgar o alludido trabalho digno de ser aprovado e acceitas as suas respectivas theorias e conclusões.

Manaus, 4 de maio de 1919”.

A cerâmica que o autor apresentou como grega é a da ilha de Marajó, no Amazonas, que corresponde ao estágio cultural mais avançado do Brasil primitivo, caracterizado sobretudo por sua magnífica cerâmica, que apresenta decoração policroma e em relevo.

Como inscrição grega, é considerada a de Ingá, na qual Ramos identificou

“os nomes de alguns planetas e signos zodiacais, escritos em grego paleográfico, assim traduzidos: Helios (Sol), Selene (Lua), Ares (Marte), Aphrodite (Venus), Zeus (Jupiter), Taurus (Touro), Krios (Carneiro), etc.”.

Foi precisamente defendendo a interpretação de Ramos, que o Padre Lima (14) jurou, por sua fé de sacerdote, após ver a rocha onde se encontra a inscrição, ter lido a palavra *Helios*, em grego.

“Vi mais várias letras gregas destacadas ou conjugadas, mas perfeitamente legíveis, em baixo relevo, rasgadas em plena rocha”,

diz o ingênuo padre.

Não esgotamos a lista — que resultaria interminável de interpretações fantásticas a respeito de colonizações antigas do Brasil, — referindo-nos apenas aos autores que trataram concretamente da inscrição de Ingá, já que são numerosos os tratados com títulos tão sugestivos como a obra de Henrique Onfroy de Thormon, *“Antiguidade da Navegação do Oceano, das viagens dos navios de Salomão ao rio Amazonas, Ophir, Tarchisch e Parvoim (1905) ou o de Frederico Rath “Notícia etnológica sobre um povo que já habitou as costas do Brasil bem como o interior, antes do Dilúvio Universal” (1871).*

Não podemos deixar de mencionar, para completar o quadro das interpretações sobre os petroglifos de Ingá, a teoria autoctonista, levada em suas máximas conseqüências, formulada por Domingo Margarinos, autor de *Muito Antes de 1500*, pelo próprio Clovis Lima e alguns outros. Fiel seguidor de Florentino Ameghino, criador do paleoíndio autóctone terciário, Margarinos escreve nessa obra:

“A paleoepigrafia brasileira e a paleoepigrafia americana são absolutamente autóctones, aborígenas, originárias do Brasil e da América, berço originário da grande raça troncal que foi a primeira a falar essa língua também primitiva, universal, e a traçar essa escrita, também primitiva, universal, mais tarde, muito mais tarde, levada aos confins orientais da Ásia, que as propalou por todo o mundo e daí essa semelhança, essa identidade, que as fez, portanto supor fenicias, hebraicas, árabes, egípcias, gregas ou chinesas”.

“As itacoatiaras de Ingá falarão mais alto pela sua maior complexidade e perfeição e, principalmente, pela sua posição geográfica. Saberão todos que elas representam ainda o testemunho do fastígio, da cultura e da civilização de homens de eras distantes, culturas reveladas através de desenhos murais, de baixo relevo, pinturas de cerâmica e símbolos”.

(14). — Pe. Francisco Lima, *Vestígios de uma civilização pré-histórica*, in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano”, volume 12, João Pessoa, 1953, página 127.

Como vemos, a famosa frase de Ameghino,

“A América é a Pátria original do Homem”,

expressa em sua obra *La Antigüedad del Hombre en el Plata*, tem seus adeptos, na hora de uma explicação sobre o significado das inscrições de Ingá.

A idéia de atraso cultural do índio brasileiro e a crença de que os europeus encontraram os remanescentes de uma antiga cultura superior, já em estado de decadência física e moral, não é única, e a encontramos em muitos autores, seja insinuada ou claramente exposta, como podemos concluir das palavras de Clóvis Lima:

“Se não encontramos ao tempo da descoberta da América o nosso indígena num grau de civilização mais adiantado, ao contrário, muito atrasado, deve-se à involução da raça através de milênios, tempo em que nem mesmo o granito resistiu”.

Para esse autor, as itacoatiaras de Ingá

“são a prova mais exuberante da idade da escrita que tem resistido à ação de fatores externos...”.

Nessa escola autoctonista, também partidária da existência de culturas superiores existentes no Brasil há milênios, e, posteriormente, regredidas, temos no alagoano Alfredo Brandão um defensor de imaginação fértil. Médico, botânico, historiador, arqueólogo e pesquisador dos petroglifos brasileiros, admite em sua obra (15) a existência de uma língua primitiva universal e uma escrita primitiva também universal,

“escrita que evoluiu em certas regiões, que estacionou em outras, chegando ao ponto de desaparecer, como aconteceu entre os nossos aborígenes. É dessa escrita primitiva, dessa escrita mater, que vamos encontrar os restos, ainda em sua forma simples e originária, nos grosseiros riscos dos rochedos do Brasil e na louça de Marajó”.

Brandão vai mais longe. Depois de levantar a hipótese de que as inscrições brasileiras sobre rocha, são a escrita-mãe de todos os sistemas atualmente existentes, usando o sistema *boustrophedon*, passa

(15). — Alfredo Brandão, *A Escrita Pré-histórica no Brasil*, Coleção “Brasiliana”, volume IX, Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1937.

a decifrar e traduzir algumas das inscrições do País, conhecidas em sua época, entre as quais dedica especial atenção à pedra lavrada da Paraíba, como não poderia deixar de ser. Para ele, a inscrição forma *signos mnemônicos isolados*, sem conexão entre si, formando temas e assuntos diferentes. Apesar de não conhecer os sinais pessoalmente (uma vez que se baseia em Retumba) aventurou-se a traduzir um grupo deles, nos quais encontrou um sentido cosmogônico. Eis aqui a tradução (16):

“O Senhor Deus Mbú, o grande Criador, semeou os germes, fecundou a terra e fez surgir o fogo, e fez surgir o homem (ou a planta)”.

Teodoro Sampaio (17) considera que, em geral, as inscrições em cavernas e paredes de rochas indicam necrópoles de índios e

“muitas vezes, pela natureza do desenho, significam o nome do indivíduo morto em sua última morada”.

Nenhuma descoberta arqueológica justifica essa afirmação; os sepultamentos indígenas não aparecem, ao que saibamos, associados a nenhum tipo de inscrição, nem temos conhecimento de descobertas funerárias nos arredores de Ingá. Por outro lado, a tendência do selvagem é esconder o morto e não indicar seu destino com alguma inscrição que possa mostrar o túmulo e expo-lo à violação. As poucas vezes em que inscrições e sepultamentos apareceram próximos uns dos outros, podem sugerir relacionamentos culturais mas não fazem parte do mesmo ato funerário.

A tentativa de José Antero Pereira Júnior (18) de relacionar a inscrição de Ingá com as da Ilha da Páscoa carece de fundamento, não apenas pela falta de rigor científico de seu autor ao tratar do tema, dando como certa a hipótese — que não é originalmente sua, mas

(16). — Alfredo Brandão, *ob. cit.*, pág. 231. lâmina X e página 95. É possível que a tradução de Brandão não se refira concretamente à inscrição de Ingá, já que ele a cita como “pedra lavrada da Parayba”. Alguns dos sinais desenhados por Brandão na lâmina X de seu livro, podem identificar-se em Ingá, porém poderiam ser também de outra inscrição paraibana descoberta pelo engenheiro de minas Retumba que, aliás, tem sido confundida repetidas vezes com a de Ingá, fato já apontado por A. Pereira Junior (*Itacoatiaras* in “Revista do Arquivo Municipal de São Paulo”, XC, 1943). Seja uma ou outra a inscrição a que Brandão se refere, a tradução não deixa de ser totalmente absurda.

(17). — Teodoro Sampaio, *Arqueologia brasileira* in “Dicionário Histórico, Geográfico e Etnológico do Brasil”, volume I, Rio de Janeiro, 1922.

(18). — José Anthero Pereira Junior, *Itacoatiaras*, in “Revista do Arquivo Municipal de São Paulo”, nº XC, 1943. *Considerações a respeito de alguns dos sinais da Itacoatiara de Ingá*, in “Revista do Arquivo Municipal de São

baseada em vários outros autores — de que as escritas suméria, hitita, protoelamita, cretense, egípcia e a do vale do Indo, têm um único ponto de partida, a ilha da Páscoa, no Pacífico. O tipo de sinais que compara não leva à conclusão alguma. Desenhos circulares, cruciformes, em aspas, espirais, serpentiformes, formando folhas ou flores esquemáticas aparecem em rochas e cavernas do mundo inteiro, tanto na Austrália como na África ou nos monumentos megalíticos europeus. São desenhos primários que poderiam ser traçados também instintivamente por duas crianças antípodas da mesma idade. Não significam necessariamente relações ou contatos culturais. Já dizia Mendes Corrêa (19) que os desenhos rupestres são encontrados entre todos os povos como um patrimônio comum, sem nenhuma interdependência, tratando-se de uma criação espontânea e intuitiva.

A identificação de batráquios e répteis (serpentes e lagartos, principalmente) não estabelece, por si só, relações entre áreas culturais, já que esses animais formam uma fauna comum a qual o índio estava habituado.

Observa-se facilmente que os sinais da pedra de Ingá não seguem uma ordem nem de tamanho nem de direção, ao contrário das famosas táboas da Ilha da Páscoa que formam indubitavelmente uma escrita com sinais ordenadamente dispostos, do mesmo tamanho e compondo linhas. Não se deveria ter esquecido, ante a tentação do estabelecimento de relações tão improváveis, a inexistência de elementos arqueológicos e culturais que poderiam de alguma forma relacionar grupos humanos separados por milhares de quilômetros de mares e cordilheiras. A comparação dos sinais de Ingá com as tabuinhas de Páscoa não resistem a uma análise séria, sendo por demais conhecidas as origens melanésicas e polinésicas da cultura pascoense.

Antônio Freire (20) no seu livro *Revoltas e Repentes* dedica um capítulo aos petroglifos de Ingá, e depois de percorrer rapidamente opiniões alheias sobre o tema, chega à conclusão que

“a verdade é que as inscrições rupestres de Ingá e de outras regiões espalhadas pelo Brasil não foram insculpidas por um índio qualquer, senão produto de civilizações alienígenas aporta-

Paulo”, nº XCV, 1944. *Itacoatiara de Ingá*, in “Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nº XCIV, 1943. *Achêgas a “algumas itacoatiaras paraibanas”*, in “Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nº CX, 1946. *Em torno do Problema “Pascoa-Ingá” e outras considerações*, in “O Estado de São Paulo”, 29-1-1950. *Introdução ao estudo da Arqueologia brasileira*. São Paulo, 1967.

(19). — A. Mendes Corrêa, *Gravuras rupestres no Brasil*. Porto, 1932.

(20). — Antônio Freire, *Revoltas e Repentes*. (Cap. V. Itacoatiaras de Ingá) João Pessoa, 1974.

das por aqui em épocas remotíssimas. Não fora assim, como se explica as obras monumentais erguidas na América do Sul”?

A tendência de ver em todas as descobertas arqueológicas referências a culturas antiquíssimas, sempre anteriores às ocupações indígenas conhecidas no tempo da conquista, aparece patente em cada nova descoberta. Recentemente, no jornal *O Globo*, indagava-se sensacionalmente

“que grupo indígena pré-colombiano de adiantado estágio cultural teria habitado o sudoeste paraibano, deixando lá peças de cerâmica cuja origem até hoje não foi explicada?”

O achado de peças de cerâmica mesmo decorada, não significa por elas mesmas nenhum grupo “de adiantado estágio cultural”, fato que a Arqueologia mundial tem demonstrado fartamente; as igaçabas que vêm sendo recolhidas na Paraiba, quase sempre produtos de achados arqueológicos casuais, são perfeitamente atribuíveis às tribos *cariri*, que habitavam o interior do Estado até o seu quase extermínio, nos séculos XVII a XIX.

Vejamos agora qual seria a interpretação mais lógica para os sinais de Ingá e seus congêneres brasileiros, sabendo-se preliminarmente que não se trata de uma escrita, porque nenhum povo primitivo do continente sul-americano utilizou sistema gráfico para expressar seu pensamento.

A simples diversão ou o entretenimento de índios sem ter o que fazer, os *ludus homini*, como foi definido pelo francês Brunet, a serviço de Pedro II, não nos parece a mais lógica. Gravar aqueles grafitos no *gneiss* duríssimo, no meio do rio, não devia ser divertido. Seria quase como admitir-se que os homens da cultura megalítica levantassem os menhires para matar o tempo. Não há dúvida que os petroglifos têm uma significação religiosa, e que o rio seria, com certeza, um lugar de culto. Inscrições do mesmo tipo das de Ingá foram encontradas em Passagem (Paraiba), no rio da Farinha, também num local de rochas dentro d’água, de difícil acesso e, em geral, as itacoatiaras paraibanas e de outros estados nordestinos encontram-se junto a cascatas e rochas entre rios.

Somente quem conhece a imensidão e a pobreza dos sertões do Nordeste brasileiro pode compreender a importância, a magia, quase o milagre que significa um curso d’água. Por outro lado, não é novidade que os rios sempre tenham sido lugares sagrados, em todas as civilizações antigas, da mesma forma que o sol, a lua, os astros ou as forças da natureza.

O maior erro está em se querer encontrar, por todos os meios, um significado ideográfico, e quando o sinal não se parece com nada animado ou inanimado, recorrer-se à comparação com sinais igualmente misteriosos. Tampouco podemos considerar esses petroglifos como manifestações puramente artísticas. Impõe-se a intenção mágico-religiosa. A magia não é acessível a todos. O seu grande poder está exatamente no mistério; é apenas patrimônio de iniciados. Somente o bruxo ou feiticeiro conhece o significado daqueles sinais, que sem dúvida nenhuma *têm* um significado, mas que somente *ele* conhece. Poderíamos compara-los com o logotipo de uma firma comercial ou com o anagrama de uma seita religiosa. Os meios de comunicação obrigam-nos a identifica-los e relaciona-los de uma forma quase inconsciente, mas um grupo humano que não tivesse sido informado de seu significado, poderia decifra-lo?

Acreditamos que a explicação do significado mágico-religioso é a mais verossimil e que, inclusive, os petroglifos foram deliberadamente realizados com uma intenção cabalística, procurando fazê-los incompreensíveis a qualquer estranho que não pertencesse à tribo ou ao grupo dos não iniciados na magia da mesma.

A explicação dada por Alfredo de Carvalho (21) não nos parece aplicável ao caso de Ingá. Segundo a tese negativista deste autor, sendo o índio por natureza preguiçoso e indolente, a profundidade dos traços na rocha não poderia explicar a colaboração de muitas gerações sucessivas.

“Da mesma sorte que o indígena, em horas de ócio, se arma de um carvão e traça, nas paredes de sua choupana, figuras as mais multiformes”, escreve Alfredo de Carvalho, “assim também o aspecto do paredão liso de uma rocha ostenta ao exercício de sua arte infantil. Em vez do pedaço de carvão, serve-se duma pedra aguda e esboça um desenho qualquer. Tempos após, um outro indígena passa pelo mesmo lugar, fere-lhe a vista a figura traçada na superfície escura da rocha e, obedecendo ao instinto de imitação, pega duma pedra e, brincando, vai aprofundando os contornos do desenho original. Outro indígena segue o seu exemplo, e assim por diante; de cada vez mais se pronunciam os sulcos e, pouco a pouco, talvez só depois de muitas gerações, chegam a ter a profundidade hoje tão admirada pela maioria dos investigadores e por eles considerada como o resultado do labor prodigioso dum só indivíduo, ou atribuída a um grau de cultura superior”.

(21). — Alfredo de Carvalho, *Pré-história sul-americana*. Recife, 1910, página 248.

Ainda que esta explicação do A. de Carvalho pareça lógica e aceitável em alguns casos, não é aplicável quando se considera que o petroglifo foi gravado em lugares de difícil acesso, intencionalmente, e pelo qual, dificilmente, um indígena passaria em simples passeio.

Muitas inscrições foram gravadas em lugares difíceis e até perigosos de serem alcançados. A intenção de proteger as gravuras e pinturas do acesso a estranhos parece clara em muitas delas, da mesma maneira que se observa nas pinturas rupestres das cavernas franco-cantábricas. Tampouco podemos esquecer a natureza supersticiosa inata no selvagem, que o inclina a respeitar e temer as coisas desconhecidas. No caso de Ingá, não podemos aceitar a explicação simplista de Carvalho, porque os petroglifos formam um painel contínuo e perfeitamente marcado por uma linha de pontos. A profundidade e a largura do traço que forma o desenho, são uniformes em todo o conjunto com as medidas que demos nas páginas anteriores. Os petroglifos de Ingá são, sem dúvida, o resultado de um trabalho intencionado e foram realizados numa mesma época e com uma única técnica.

Numerosas notícias assim como desenhos e decalques de inscrições chegaram às nossas mãos, alguma inéditas e outras obtidas através do levantamento bibliográfico da região a que estamos nos referindo.

Seguindo o critério a que nos propusemos, não daremos, neste trabalho, nem nos seguintes, notícia alguma sobre inscrições que não tenhamos visto e fotografado pessoalmente, como ponto final à necessidade de uma definitiva desmitificação dos petroglifos brasileiros. Como já advertiu Tristão de Alencar Araripe (22), ao publicar notícias arqueológicas sobre o Ceará, a maioria delas

“não passavam de fantásticas criações de mentes dadas ao gosto do maravilhoso e das fábulas absurdas”.

Muito se tem tentado ler, traduzir, interpretar ou comparar petroglifos brasileiros com outras escritas do Velho Mundo, mas o que até agora ninguém tentou, seriamente, foi relacionar as *itacoatiaras* nordestinas com os grupos indígenas que habitaram a região antes da chegada dos europeus. Para isso, contribuí, não pouco, o desconhecimento arqueológico da região e a falta quase absoluta de escavações arqueológicas no Nordeste. Os conhecimentos limitam-se ao

(22). — Tristão de Alencar Araripe, *Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil*, in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, nº 1, 1ª parte, Rio de Janeiro, 1887.

achado casual e ao trabalho sempre meritório de aficionados locais. Mais adiantados estão os estudos de Antropologia Cultural e para o conhecimento dos grupos indígenas desta extensa parte do País é imprescindível a leitura da obra de Estevão Pinto (23), e, particularmente, em relação à Paraíba, o trabalho de L. de Clerot, já citado.

Estevão Pinto iniciou seu trabalho com o testemunho de Roquette-Pinto (24) que afirmara, há mais de 50 anos, que a

“Arqueologia brasileira era, sobretudo, um capítulo de pura etnografia”.

Hoje, meio século depois, o conhecimento arqueológico da região nordeste continua sendo tão precário que, somente recorrendo às notícias que se tem dos índios em tempos já históricos pós-colombianos, é que podemos ter uma idéia do panorama em épocas mais antigas.

Angyone Costa (25) ao referir-se aos sítios arqueológicos do País e sua distribuição nas diferentes zonas geográficas, escreveria

“a zona chamada do Nordeste, isto é, toda a faixa litorânea sub-tropical, que se estende do norte da Bahia até a embocadura do Parnaíba, nas proximidades do Maranhão, não apresenta nenhum centro arqueológico, apesar de toda ela ter sido habitada, de velha data, por antigas e variadas nações indígenas. Essa solução de continuidade bem pode ser explicada aqui pela influência do clima que, sujeitando a zona a prolongadas estiagens, impediria os longos estacionamentos em suas praias calcinadas, tornando instável a fixação dos seus primitivos povoadores.

Também as lutas ocorridas depois da conquista, entre os portugueses e as diversas tribos da região, entre essas entre si e, ainda entre portugueses e holandeses, e portugueses e franceses, que se disputavam o domínio da região, interessando, em lutas armadas, as famílias indígenas, podem ser outro fator altamente apreciável a explicar a anomalia que se nota nesse setor do litoral”.

Acontece porém que o litoral está sujeito a chuvas periódicas abundantes e a região conta com numerosos cursos de água, embora o exaustivo deflorestamento e o conseqüente desaparecimento da cha-

(23). — Estevão Pinto, *Os indígenas do Nordeste*. Coleção “Brasiliana”, volume 44. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938, página 112.

(24). — Roquette-Pinto, *Arqueologia e Etnografia em Impressões do Brasil no Século Vinte*. Londres, 1913, página 52.

(25). — Angyone Costa, *Introdução à Arqueologia brasileira*. Coleção “Brasiliana”, volume 34. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1959, página 175.

mada *mata atlântica* tenha contribuído não pouco para o aumento das tremendas secas que, periodicamente, assolam a região que, possivelmente, não foram tão acentuadas quando a floresta era mais extensa.

O extermínio dos índios por parte dos portugueses, franceses e holandeses deve haver contribuído, em muito, para a rápida extinção das *nações* indígenas. A região em que o monumento de Ingá está situado, nas bases da serra da Borborema, forma um planalto entre a faixa litorânea e o alto sertão, com altitudes médias de 600 mts., onde alguns picos ultrapassam os 1.000 mts.; tem um clima semi-árido e, devido à altura, a temperatura é mais amena que na costa, com médias anuais de 21 graus. Esta região foi habitada até a chegada dos europeus. Sua posterior ocupação, causou o deslocamento ou extermínio dos índios da nação “*carirí*”, que dá nome à parte do altiplano em que se encontra a inscrição (veja-se a fig. 1.).

A tradição de que eram originários de um grande lago sagrado e a decoração de algumas de suas cerâmicas, parecem indicar que procediam da região amazônica, estabelecendo-se no Nordeste pelo altiplano e serra da Borborema, *cariris velhos* e *cariris novos*, sem se aproximar da costa, pressionados pelos *tupiniquins* e *tupinambás*, que os expulsaram até as terras áridas do sertão. As tribos ou famílias que formavam o tronco *carirí* ou *kirirí* (Angyone Costa seleciona 28 famílias diferentes e Estevão Pinto 7 grupos principais e suas divisões), espalharam-se pelo interior dos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, até o rio São Francisco. Como a maior parte da nação *carirí* aliou-se aos holandeses de Maurício de Nassau, foram, posteriormente, exterminados pelos portugueses. No final do século passado, haviam praticamente desaparecido os últimos remanescentes das tribos, ficando apenas um pequeno grupo em Aguas Belas (Pernambuco) (26).

A palavra *carirí* ou *kirirí*, de origem tupí significa “calado”, “silencioso”, característica atribuída a estes índios que eram considerados taciturnos, em contraste com a maioria dos outros grupos. Existe abundante material linguístico *carirí* recolhido pelos capuchinhos, nos séculos XVII e XVIII, em forma de catecismos, gramáticas e relações, e com os trabalhos de Martius, Rodolfo Garcia e Lucien Adams (27),

(26). — Arthur Ramos, *Introdução à Antropologia brasileira. As culturas indígenas*. Coleção “Arthur Ramos”. Rio de Janeiro, 1971, página 314. Mario Melo, *Os carijós de Aguas Belas*, in “Revista do Museu Paulista”, volume XVI, São Paulo, 1929.

(27). — Carl Fr. Phil. von Martius, *Glossaria linguarum brasiliensium*. Erlangen, 1863. Lucien Adam, *Materiaux pour servir à l'établissement d'une grammaire comparée des dialects de la famille Tupi*. Paris, 1896. Rodolpho Garcia, *Etnographia indígena*, in “Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil”, Rio de Janeiro, 1922.



Corte ideal do Estado da Paraíba na direção E-O segundo Clerot

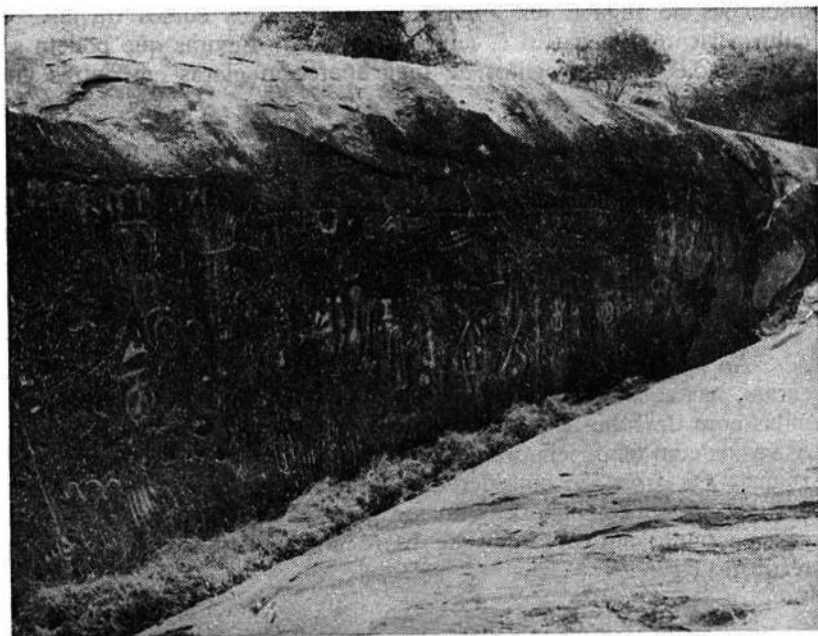


Fig. 2. — Um enorme bloco de gneiss de 24 metros de comprimento por 3 metros de altura, cujo lado norte está repleto de inscrições, constitui a "Pedra de Ingá".

a família linguística carirí foi definitivamente constituída, mas, lamentavelmente, conhecemos muito pouco de sua organização social e religiosa e possuímos escassas informações arqueológicas que possam ajudar na interpretação das inscrições que devemos considerar como uma de suas dimensões culturais.

Temos notícia das superstições e rituais mágicos dos *carirí*, em relação à caça e a pesca, como o tabu de não comer carne de animais de marcha lenta, que os impediria de correr nem comer animais domésticos como galinhas. Penas de determinados pássaros eram adorno obrigatório para a caça. O temor à vingança das feras caçadas é uma constante em todos os grupos selvagens; para evita-la na caça da onça seguem-se ritos mágicos. Cantos mágicos para atrair os peixes também são comuns a todos os grupos indígenas brasileiros.

Os *carirí* são exatamente um dos grupos sobre os quais menos conhecimentos temos a respeito de mitos e crenças religiosas. Parece que o mito da mãe-das-águas que vive no fundo dos rios, assim como a existência de um demônio das águas, são mitos generalizados, do Amazonas ao Nordeste (28), com os quais se poderiam relacionar as inscrições de Ingá e semelhantes, esculpidas nos cursos fluviais. O culto a jacarés e lagartos é, também, comum. Figuras que podem ser identificadas nos petroglifos de Ingá aparecem claras em outras gravuras da região.

Segundo Estevão Pinto (29), os *carirí* praticavam apenas uma economia recoletora, não conhecendo a agricultura até depois da colonização, o que contradiz a opinião de Martius, que os considera hábeis plantadores, com uma agricultura bem desenvolvida e fabricantes de tecidos e cerâmicas semelhantes as dos indígenas do Amazonas. Artur Ramos (30) lhes atribui apenas uma agricultura rudimentar e a fabricação de redes de algodão.

Ao lado de uma cerâmica lisa e tosca, de formas simples, apareceram, nas zonas de dominação *carirí*, igaçabas bem trabalhadas, pintadas com desenhos matizados em vermelho e ocre, recheando todos os vazios com tendência ao *horror vacui*, das cerâmicas da região amazônica. Os *carirí* são considerados os melhores oleiros da região nordestina, em épocas históricas, mas é possível que sua tradição cerâmica seja muito antiga. Pipas de barro cozido aparecem também em território *carirí*.

(28). — Estevão Pinto, *ob. cit.*, nota 23, volume II, página 211.

(29). — Estevão Pinto, *ob. cit.*, nota 23, volume II, página 55.

(30). — Arthur Ramos, *ob. cit.*, nota 26, página 314.

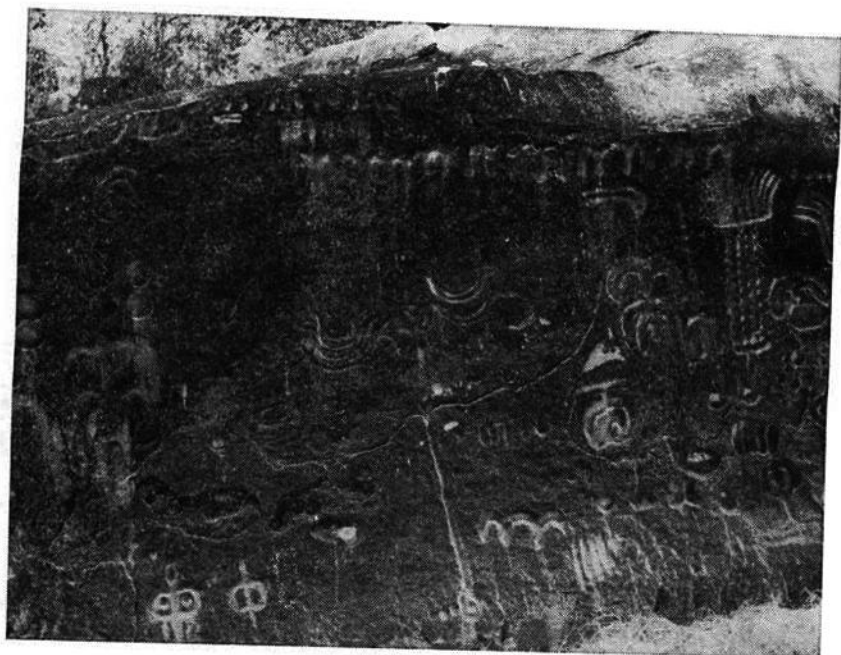


Fig. 3. — Detalhe da Pedra de Ingá.

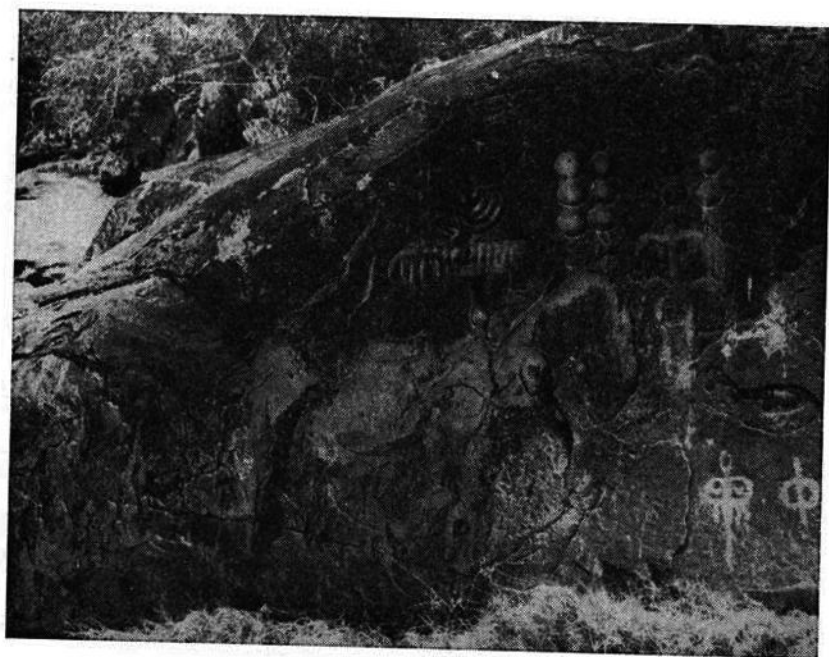


Fig. 4. — Detalhe da Pedra de Ingá.



Fig. 6. — Os petroglifos da Pedra de Ingá apresentam desenhos circulares, cruciformes, serpentiformes e esquematizações de uma fauna e uma flora que constituiram o mundo mágico e físico dos carirí.



Fig. 5. — Detalhe da Pedra de Ingá.



Fig. 7. — Detalhe da Pedra de Ingá.



Fig. 8. — Detalhe da Pedra de Ingá.



Fig. 9. — Petroglifo espiralado fora do conjunto principal das insculpturas da Pedra de Ingá.



Fig. 10. — Machado votivo dos cariri. Coleção Armando Souto Maior.

As peças líticas mais interessantes são os machados de pedra semilunares ou em forma de âncora, polidos com grande perfeição (fig. 10) certamente utilizados nos rituais, e cuja fabricação era acompanhada de cerimônias místicas, como parece indicar o achado de um machado de barro cozido. Não temos notícia de que fossem usados como enxoval funerário. Junto a esses tipos singulares, aparecem também machados mais simples de silex, de cabo longo, fusos e fusaiolas de ágata de quartzo, pesos para redes de pesca, pontas de flecha de pedra, madeira e ossos de peixes e bolas de pedra para ser lançadas com arco, chamadas “pedras de arremesso”.

Os sepultamentos *cariri* aparecem em abrigos e pequenas cavernas naturais, com o corpo em posição fetal, não enterrado na terra, mas coberto com pedras. Enterramentos deste tipo foram encontrados na Serra Margarida, Serra da Raposa, Serra do Algodão, no maciço da Borborema (Estado da Paraíba) e na Serra de São José, no Estado de Pernambuco.

Os enxovais consistiam em colares de costelas de mamíferos e contas de osso. É obviamente um tipo de enterramento diferente do tupí-guaraní, que costuma ser de tipo secundário, dentro de urnas de cerâmica.

Em nenhum caso apareceram inscrições junto às tumbas. Somente entre os Estados da Paraíba e Pernambuco (Município de Monteiro) temos notícia de enterramento em abrigos de rocha, nos quais aparecem pinturas rupestres de tipo esquemático (círculos, espirais, linhas) de cor vermelha (31).

D problema mais sério e de difícil solução a respeito dos petroglifos é o cronológico. Ao tentar relacioná-los com as culturas indígenas da região e com materiais arqueológicos, a falta de escavações e, sobretudo, de datas, nos impedem de qualquer interpretação que não seja hipotética. Até poucos anos, considerava-se que a ocupação do nordeste brasileiro por tribos indígenas, era muito recente, não anterior à Baixa Idade Média européia. Como a evolução cultural do índio foi muito pobre e lenta nessas regiões e seu estágio cultural nunca passou de um neolítico cerâmico primitivo semi-nômade, conseguir datas precisas, baseadas na cerâmica ou na ocupação, é quase impossível, já que raramente existem estratigrafias superpostas. A análise de Carbono 14 tem sido de grande ajuda neste aspecto, embora segundo alguns detratores, esteja muito longe de ser um determi-

(31). — A. Laroche, *Nota prévia sobre um abrigo funerário do Nordeste brasileiro*. Separata de UNIVERSITAS, nº 3-4. Salvador, 1969.

nante cronológico perfeito. Sabemos, pelo menos, que a região foi habitada em épocas muito antigas.

Escavações realizadas no município de Bom Jardim, no interior do Estado de Pernambuco, acusaram culturas de lascas, com datas de 8.000 e 7.000 anos (32).

Enterramentos indígenas em abrigos sob rocha, com enxovais cerâmicos e colares de contas de osso, alcançam datas de 2.200-2.000 anos. Túmulos semelhantes em Itaparica (33) e no rio São Francisco (Estado da Bahia) oferecem datas paralelas obtidas em análise de Carbono 14, em materiais procedentes de escavações realizadas pela Universidade Federal da Bahia.

* *

*

Os petroglifos paraibanos, esculpidos pelos pouco conhecidos *carirí*, denotam uma profunda capacidade de abstração, própria de culturas já em estágio cultural agrícola, com uma carga espiritual complexa de mitos e crenças mágicas, à semelhança das pinturas e gravuras esquemáticas que aparecem em ídolos e monumentos megalíticos do neolítico europeu. Formam parte do conteúdo espiritual dos povos aborígenes do Brasil, constituindo um todo com sua cultura material que deve ser protegida e estudada e não pode ser deixada de lado porque seria negar uma parte importante da mente e da cultura humanas. Não compartilhamos da opinião poeticamente expressa, mas profundamente negativa, de Angyone Costa (34), quando, ao se referir aos petroglifos brasileiros, disse:

“grito de dor ou de amargura, pedido de alimento ou de socorro, indicação de caminho ou de cemitério, brinco inocente de criança ou ordem imperativa de mando, pedido de paz, reclamo de fêmea, angústia ou tortura, as inscrições são problemas à margem, são questões, quando muito, laterais, no programa da nossa arqueologia”.

(32). — Instituto comprova Laroche. *Fósseis têm oito mil anos*, in “Diário de Pernambuco”, 1974.

(33). — Valentin Calderon, *Nota prévia sobre a Arqueologia das regiões centrais e sudoeste do Estado da Bahia*. Separata do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica. Museu Paraense “Emílio Goeldi”. Publicações avulsas, nº 10, Pará, 1969.

(34). — Angyone Costa, *ob. cit.*, nota 25, página 163. Posteriormente, retificou estas afirmações tão taxativas em seu interessante ensaio, *As inscrições lapidares indígenas do ponto de vista da ideologia selvagem* in “Indiologia”, Biblioteca Militar, volume LXXI e LXVII, Rio de Janeiro, 1943, página 117.

Não é certo que “essa pretensa escrita”, utilizando suas palavras, não ofereça nenhum valor documental. Ao nosso ver, é uma parte pouco compreensível, mas nem por isso pouco importante, da arqueologia brasileira. É preciso, acima de tudo, buscar nela a vida espiritual do indígena e não a mensagem indecifrável dos súditos do rei Salomão.

A tendência mistificadora de procurar origens remotas, quando não fantásticas e desconhecidas, para as primitivas povoações indígenas do Brasil, as tentativas absurdas de demonstrar, cientificamente, remotas civilizações chegadas do Velho Mundo, são vícios de interpretação altamente perniciosos para a formação dos futuros especialistas. A Pré-História brasileira é uma Pré-História jovem, que deve ser libertada do Velho Mundo, pesquisando-se *o que se conhece*, e não se querendo descobrir *o que se imagina ou deseja*. Somente assim será ciência.